



CONFERÊNCIA ECONÓMICA AFRICANA 2021

Financiar o desenvolvimento de África pós-COVID-19

Nota concetual

2-4 de dezembro de 2021

Cabo Verde



I. Introdução

A Conferência Económica Africana, conjuntamente organizada pelo **Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD)**, pela **Comissão Económica para África (ECA)** e pelo **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**, prevê realizar a sua edição de 2021, em **Cabo Verde**, entre os dias **2 e 4 de dezembro de 2021**. A conferência deste ano tem por tema “Financiar o desenvolvimento de África pós-COVID-19”. Considerando o impacto multidimensional da pandemia de COVID-19 no desenvolvimento de África, este tema congregará várias grupos de interesse, incluindo decisores políticos, sector privado e investigadores, com o propósito de analisar caminhos e meios para a expansão sustentável das fontes de financiamento do desenvolvimento de África. Os diferentes quadros de financiamento de África devem ser explorados para encontrar soluções inovadoras, para lá das mais habituais, por forma a que África não saia da crise da COVID-19 com uma perda real sobre mais de uma década de esforços para robustecer a sua economia e o seu capital humano.

A crise da COVID-19 agravou a pressão sobre os desafios do financiamento do desenvolvimento de África, seja pela erosão das finanças públicas, pela insustentabilidade da dívida e pela retração do investimento direto estrangeiro. Este é momento para convidar investigadores, decisores políticos e outros interessados a apresentarem as suas análises, partilharem as melhores práticas dos países africanos e de outras regiões e facultarem recomendações políticas sobre como repensar o modelo de financiamento do desenvolvimento para África, orientado para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das aspirações da Agenda 2063.

O tema reflete o consenso entre os organizadores da conferência sobre a importância de explorar a dimensão financeira integral do desenvolvimento, como condição fundamental para melhor abordar todos os outros impactos sociais e económicos da pandemia de COVID-19.

A CEA 2021 constituirá uma oportunidade para aprofundar a reflexão sobre as instituições e o sistema financeiro necessário para assegurar uma implementação eficaz dos esforços de mobilização de recursos internos, para melhorar as respostas da regulamentação sobre as emergentes e inovadoras fontes de financiamento, incluindo os mercados financeiros internacionais e o financiamento digital, e para aumentar a transparência do sistema financeiro global, melhorando a regulação e a supervisão dos mercados financeiros sub-regulamentados e reduzindo os riscos sistémicos dos sistemas bancários oficiais e paralelos. Será também um lugar para debater como pode o continente abordar a questão da sustentabilidade da dívida no financiamento do seu desenvolvimento e, por conseguinte, como pode África crescer e desenvolver-se de forma sustentável saindo da situação de dívida.

África não conseguirá suprir a grande lacuna de financiamento para concretizar os ODS, estimada em 200 mil milhões de USD por ano, com as receitas estatais e a ajuda ao desenvolvimento existentes. Por um lado, a situação apela ao aprofundamento da expansão

das bases fiscais a fim de aumentar a capacidade para financiar políticas públicas com recursos próprios. Por outro lado, implica a modernização dos mecanismos de financiamento da economia pelo sector privado nacional e internacional.

A sofisticação dos mecanismos de intermediação financeira e dos instrumentos de política monetária é, por conseguinte, muito mais urgente. Os modelos monetários de determinadas sub-regiões africanas, como a África Ocidental, são, assim, questionados com urgência pelas populações.

O choque da COVID-19 é para África uma oportunidade de mudança para colocar as suas estratégias de financiamento num caminho mais sustentável. A CEA 2021 será uma ocasião para estimular essa reflexão.

Estarão representadas diversas perspetivas na conferência, que contará com a participação de investigadores, decisores políticos, sector privado, instituições financeiras e bancárias, profissionais do desenvolvimento, jovens e mulheres de África e de todo o mundo. A conferência proporcionará uma plataforma para que académicos e jovens investigadores apresentem as suas investigações orientadas para as soluções aos decisores e responsáveis políticos. Espera-se que, no final da conferência, sejam feitas recomendações políticas sobre o reforço do sistema de financiamento de África, a fim de construir um futuro melhor no âmbito da década de ação das Nações Unidas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

II. Contexto e antecedentes

Em toda a África, milhões continuam a ser afetados pela COVID-19, que, em alguns países, já vai na sua terceira ou quarta vaga (total de casos: 4 159 055; total de óbitos: 111 357; total de recuperações: 3 726 707; total de testes: 39 259 460 – 10 de abril de 2021). Apesar do início de programas de vacinação em vários países, é provável que 2021 seja um ano de fraca recuperação económica em todo o continente africano. Prevê-se que a atividade económica média em África se contraia [3%](#) em 2020 e recupere um pouco para [3,1%](#) em 2021. Tal representa uma queda no rendimento real per capita de 5,3%, fazendo recuar esse indicador para os níveis de 2013, o pior resultado já registado. A recessão é impulsionada pelas duas maiores economias de África, Nigéria e África do Sul, para as quais se preveem contrações de [4,3%](#) e [8,0%](#), respetivamente. A queda dos preços do petróleo atingiu fortemente os exportadores petrolíferos da África subsariana, em especial Angola e a Nigéria. Outros exportadores de matérias primas e economias dependentes do turismo também enfrentam contrações graves. Além disso, tendo em conta as economias amplamente informais, os sistemas financeiros relativamente superficiais e os amortecedores fiscais reduzidos que caracterizam o continente, os governos africanos carecem de muitas das ferramentas necessárias para contrariar os variados impactos socioeconómicos da pandemia.

A pandemia está a inverter os ganhos de desenvolvimento humano e redução da pobreza na África Subsariana, prevendo-se que sejam empurrados para a pobreza extrema entre 26 e 40 milhões de pessoas adicionais (Banco Mundial, 2020). Os efeitos de longo prazo da COVID-19 sobre o aumento da mortalidade infantil, da mortalidade indireta e das crises económicas até 2030 e 2050 poderão muito bem exceder a extensão do choque inicial (PNUD, 2021).¹ Os países com níveis baixos de capacidade governativa e de investimento do Estado no sistema de saúde antes da COVID-19 suportarão o maior fardo dos persistentes impactos sociais, económicos e financeiros da pandemia.

A pandemia de COVID-19 realçou ainda alguns desafios do desenvolvimento no continente (fragilidade do sistema de saúde, carência de proteção social, vulnerabilidades nos setores informais, etc.), mas também revelou o potencial para os enfrentar com inovações em setores emergentes (digitalização) ou novas dinâmicas noutros setores (governança). A necessidade de reformas internas transformadoras para promover a resiliência (incluindo a mobilização de receitas, a digitalização e a promoção de melhorias na transparência e na governança) é mais urgente do que nunca.

Os efeitos combinados do abrandamento económico mundial, do acentuado declínio nos preços das matérias-primas, das perturbações na atividade económica interna e dos custos das medidas de prevenção ou contenção de surtos de COVID-19 causaram um impacto extremo em todos os países africanos.

Os subdesenvolvidos sistemas financeiros de África e os baixos níveis de inclusão financeira conduzem a uma disparidade entre poupança e investimento. As necessidades de investimento do continente são enormes; as estimativas variam entre 93 mil milhões de USD e 130-170 mil milhões de USD por ano. Para que a África Subsariana (ASS) concretize todos os ODS relacionados com infraestruturas até 2030, estima-se que seja necessária uma despesa anual adicional equivalente a cerca de 9% do PIB regional. Ao longo de décadas, África tem dependido do financiamento externo para acelerar o seu desenvolvimento. Embora tenha apoiado o crescimento, o endividamento de África também intensificou as vulnerabilidades da dívida do continente, aumentou os riscos de sobre-endividamento e conduziu a uma deterioração mais geral das finanças públicas. Agora, perante a COVID-19, a onda de dívida de África parece estar finalmente em risco de colapso.

A crise está a exercer uma pressão significativa sobre as finanças africanas, já de si em situação de esforço em muitos países. Nos seus esforços para fazer face à COVID-19, os governos estão a enfrentar pressões de despesa novas e inesperadas, incluindo os custos de saúde e os esforços de estímulo económico. Em toda a ASS, prevê-se que as receitas públicas diminuam 10-15% em 2020, com o rácio médio entre receitas e PIB a diminuir 2,6 pontos percentuais em relação aos níveis de 2019. Prevê-se que as receitas dos países exportadores de petróleo e dependentes do turismo sejam afetadas de forma particularmente grave. Calcula-se que

1. Unraveling the immediate and long-term effects of the COVID-19 pandemic on socio economic development in sub-Saharan Africa. PNUD, 2021.

o déficit fiscal médio da ASS aumente para 7,6% do PIB, quase duplicando a média de 4,4% de 2019. Com as inversões do crescimento do PIB projetadas, prevê-se que o nível médio da dívida da região atinja 64,8% do PIB em 2020 (PNUD, 2020).

O acesso a financiamento em plena recessão será um desafio significativo para a maioria dos países africanos. O endurecimento das condições globais de financiamento entre fevereiro e maio de 2020 originou saídas de capitais dos países africanos de quase 5 mil milhões de USD. Também se prevê que as entradas de remessas diminuam até 20%. Os bancos centrais africanos reagiram aliviando as políticas monetárias, em muitos casos de forma significativa: o Banco de Reserva da África do Sul reduziu as taxas de juro de referência em 275 bps, o Banco Central da Nigéria injetou liquidez equivalente a 2,4% do PIB no sistema bancário e o Banco do Gana concordou em financiar o déficit orçamental da administração pública central. As taxas de câmbio depreciaram-se ou sofreram um ajustamento descendente na maioria dos países, o que, entre outros impactos, aumentará o custo do serviço de quaisquer dívidas externas expressas em divisas (PNUD 2020).²

Esta situação demonstra a necessidade de os países africanos repensarem o modelo de financiamento do seu desenvolvimento. Na verdade, todo o ecossistema de financiamento das economias africanas tem de ser repensado. A corrupção do sistema judicial, que desincentiva o financiamento do sector privado pelo sector bancário, a carência de garantias para os empreendedores rurais e as MPME, a fragilidade dos direitos de propriedade, em especial dos direitos fundiários, e as capacidades de gestão desestruturadas dos empreendedores do sector informal, são todas desafios do financiamento ao desenvolvimento de África que convidam a repensar o modelo de financiamento que queremos aplicar no continente. Não será tempo de desenvolver modelos de financiamento e investimento articulados com as realidades socioeconómicas do continente, levando em conta o grau de literacia financeira, o elevado nível de informalidade e os mecanismos endógenos para a arrecadação de poupanças em África?

Os recursos estão presentes. A sua mobilização requer um combate sério às deficiências dos sistemas bancários e estatais. De acordo com o Relatório de 2020 sobre o Desenvolvimento Económico em África da CNUCED, estima-se que 88,6 mil milhões de USD, o equivalente a 3,7% do PIB de África, saiam anualmente do continente sob a forma de fuga ilícita de capitais. O relatório revela que estas saídas são quase equivalentes ao total combinado anual de entradas de ajuda pública ao desenvolvimento, avaliada em 48 mil milhões de USD, e de investimento direto estrangeiro, estabilizado em 54 mil milhões de USD, recebidas pelos países africanos. Tais saídas incluem a fuga ilícita de capitais, a evasão fiscal, práticas comerciais, como a faturação falseada de transações, e atividades criminosas, tais como os mercados ilegais, a corrupção ou o furto.

Do lado dos governos, apesar de reformas fiscais significativas, a mobilização das receitas

2. COVID-19 and External Debt in Africa, PNUD, RBA, 2020.

fiscais é limitada por fatores estruturais como o baixo rendimento per capita, a elevada dimensão do sector informal, o elevado peso da agricultura tradicional e a reduzida relevância da indústria transformadora e dos serviços modernos, o que implica bases fiscais efetivas muito pequenas, apesar dos perfis de crescimento. O rácio médio entre as receitas e o PIB em África foi de cerca de 23% entre 2008 e 2016, em comparação com 40% na União Europeia em 2016. O sistema de tributação de muitos países africanos é caracterizado por uma base fiscal restrita, centrada sobretudo em impostos sobre importações/exportações³. A forte dependência da tributação das importações/exportações indica uma capacidade fiscal relativamente débil, que também corresponde possivelmente a uma relutância em investir na capacidade de cobrança de receitas por parte da elite política em ligação com o poder económico.

Para muitos países de África, as perdas de receitas internas constituem um significativo sorvedouro na mobilização de recursos internos devido à falta de coordenação entre os objetivos de promoção do investimento e as necessidades de mobilização de recursos, a incentivos fiscais excessivos e a enormes fugas através de fluxos financeiros ilícitos (ECA, 2016).

O papel dos bancos centrais no desbloqueio de recursos inativos e na sua canalização para investimentos produtivos mantém-se crucial. Atualmente, mais de 1 bilião de USD de reservas excedentárias continuam por aplicar eficazmente no financiamento do desenvolvimento de África. As bolsas de valores africanas também poderiam ser desenvolvidas para atrair oportunidades de investimento adicionais. O desenvolvimento de fundos soberanos em países africanos (15 já criados) e a mobilização de fundos de pensões africanos⁴ poderiam criar oportunidades para uma crescente fonte interna de capital destinado a participações privadas e investimento em negócios locais, projetos de infraestruturas e serviços desesperadamente necessários para a transformação e o crescimento contínuos de África. O sector dos seguros também tem um potencial semelhante para o financiamento do desenvolvimento de África. Outras oportunidades surgem através da melhoria da gestão e da utilização das indústrias extrativas. As reservas comprovadas de recursos energéticos extraíveis em África (petróleo, gás natural, carvão e urânio) valem entre 13 e 14,5 biliões de USD, e estão identificados 1,7 biliões de USD de riqueza potencial e produção adicional potencial em seis setores fulcrais: agricultura, água, pescas, silvicultura, turismo e capital humano (Africa investor, 2010).

3. Em média, a tributação de importações/exportações representou 44% das receitas fiscais totais (excluindo subsídios) em África entre 2008 e 2016; ao passo que as tributações direta e indireta representaram, respetivamente, 28,3% e 22,9% no mesmo período (Mobilizing Domestic Resource in Africa for Inclusive Growth, BAfD, 2020).

4. Estimados em mais de 29 mil milhões de USD por Ashiagbor et al., 2014.

III. Objetivos da conferência

A Conferência Económica Africana é agora o principal fórum de debate para as questões africanas da atualidade. Os objetivos específicos da Conferência Económica Africana são:

- Promover a gestão do conhecimento como importante motor de diálogo sobre as políticas, bem como do bom planeamento e implementação das mesmas;
- Fomentar um diálogo que promova o intercâmbio de ideias e pensamento inovador entre investigadores, profissionais do desenvolvimento e responsáveis políticos;
- Incentivar e intensificar a investigação sobre questões económicas e políticas relacionadas com o desenvolvimento das economias africanas através da promoção da formulação de políticas baseada em dados concretos;
- Proporcionar uma oportunidade para que jovens investigadores africanos, africanos da diáspora e organizações partilhem conhecimento com responsáveis políticos; e
- Servir de plataforma para que investigadores, responsáveis políticos e operadores do sector privado se reúnam e cheguem a consenso sobre a integração regional e continental como instrumento para acelerar o desenvolvimento inclusivo e sustentável de África.

Desde a sua criação em 2006, a CEA tem fomentado o diálogo e o intercâmbio de conhecimento sobre uma diversidade de questões e desafios que África enfrenta (ver a Caixa 1).

Caixa 1. Temas anteriores da Conferência Económica Africana

1. CEA 2006 – Acelerar o desenvolvimento de África após 5 anos no século XXI.
2. CEA 2007 – Oportunidades e desafios do desenvolvimento para África na arena global
3. CEA 2008 – Globalização, instituições e desenvolvimento económico de África
4. CEA 2009 – Fomentar o desenvolvimento numa era de crise económica e financeira
5. CEA 2010 – Definir a agenda para a recuperação económica e o crescimento de longo prazo de África
6. CEA 2011 – Economia verde e transformação estrutural em África
7. CEA 2012 – Fomentar o desenvolvimento inclusivo e sustentável em África numa época de incerteza económica global
8. CEA 2013 – Integração regional em África
9. CEA 2014 – Conhecimento e inovação para a transformação de África

10. CEA 2015 – Enfrentar a pobreza e a desigualdade na agenda do desenvolvimento pós-2015
11. CEA 2016 – Alimentar África: rumo à industrialização ligada à agricultura para o crescimento inclusivo
12. CEA 2017 – Governança para a transformação estrutural
13. CEA 2018 – Integração regional e continental para o desenvolvimento de África
14. CEA 2019 – Empregos, empreendedorismo e desenvolvimento de capacidades para os jovens africanos
15. CEA 2020 – África para lá da COVID-19: acelerar no sentido do desenvolvimento sustentável inclusivo

IV. Formato da conferência

A décima sexta edição da conferência será organizada em formato híbrido (em modo **virtual e presencial**). Assim, dependendo da evolução da pandemia de COVID-19 em 2021, será possível passar para um modo completamente virtual se a situação a isso obrigar.

A conferência será organizada em torno de três pilares, em função dos quais sessões paralelas permitirão apresentar os documentos selecionados para centrar atenções em soluções fulcrais, a fim de repensar o financiamento do desenvolvimento e a recuperação económica resiliente de África. Os três pilares são os seguintes:

1. Mobilização de recursos internos públicos e privados na era da revolução digital – No âmbito deste pilar, os organizadores da conferência solicitarão comunicações que analisem o sistema tributário em África com base em diferentes dimensões (base tributária, espaço fiscal, eficiência, gestão de recursos naturais, sector informal, etc.) e no sector financeiro nacional. Será prestado especial interesse à análise da utilização da tecnologia digital para a mobilização de recursos internos públicos e privados, à mobilização de receitas de recursos naturais e aos impactos do Acordo de Livre Comércio Continental Africano (ALCCA) nos sistemas fiscais. As comunicações ajudarão a aprofundar a análise dos obstáculos à implementação das recomendações habitualmente feitas para melhorar a mobilização dos recursos internos públicos em África, das reformas de governança para um sistema financeiro eficiente, dos instrumentos financeiros inovadores (mercado de capitais, PPP, etc.), da política monetária e da regulamentação para o desenvolvimento do sector financeiro de África.

2. Alavancagem do sistema financeiro internacional público e privado para o desenvolvimento de África – As comunicações no âmbito deste pilar analisarão os modos como África pode

escapar ao sobre-endividamento externo no seu desenvolvimento pós-COVID-19 e que reformas da arquitetura e das ferramentas financeiras internacionais (IED, direitos de saque especiais, APD, remessas, financiamento verde, risco soberano, etc.) podem criar o novo consenso necessário para financiar a concretização dos ODS em África. A extensão dos mercados internacionais de capitais para financiar o desenvolvimento de África será um aspeto essencial a ter em conta.

3. Rumo a uma recuperação resiliente e a um desenvolvimento sustentável com um modelo de financiamento renovado – Este pilar explorará as possibilidades de criar um desenvolvimento mais resiliente através da proteção social e da inclusão do sector informal no quadro de financiamento do desenvolvimento de África. Espera-se que as comunicações explorem o modo como a abordagem de financiamento de África deve ser renovada para um desenvolvimento resiliente e sustentável após a crise da COVID-19. As comunicações analisarão o modo como os países africanos podem potenciar as inovações e o espaço digital criados pela quarta revolução industrial para responderem a emergências e estimularem o crescimento inclusivo. As comunicações facultarão orientação sobre o modo como as transformações económicas podem ser aceleradas por meio de investimentos estratégicos em infraestruturas, conectividade, água, energia e capital humano.

A Conferência Económica Africana de 2021 providenciará uma via única para os investigadores, responsáveis políticos e profissionais do desenvolvimento debaterem e construir conhecimento sobre soluções para a integração continental. Os debates centrar-se-ão na utilização de três pilares com vista a impulsionar soluções inovadoras para os obstáculos ao financiamento do desenvolvimento de África.

Table 1: Calendário anotado

Descrição	Data-limite
Convite à apresentação de comunicações	24 de abril de 2021
Envio das comunicações	5 de agosto de 2021
Notificação da aceitação final	15 de setembro de 2021
Inscrição de oradores	31 de outubro de 2021
Datas da conferência	2-4 de dezembro de 2021

V. Resultados e efeitos esperados

Espera-se que os resultados da conferência incluam:

- Um relatório da conferência.
- Uma compilação dos trabalhos da conferência, incluindo retroinformação e comentários

relevantes de uma avaliação por pares e de participantes da conferência (pode ser publicada após a conferência).

- Inclusão de comunicações selecionadas em edições especiais da African Development Review e do Journal of Africa's Transformation.
- Resumos de políticas.
- Plataforma de mercado para a investigação económica em África.